



Comitê Interfederativo

## CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

### 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

#### Participantes:

Andrei Camargo Duarte (FUNAI/ Fundação Nacional do índio), Antônio Carlos Cacique Tupiniquim (TI Comboios), Antônio Carvalho Cacique Guarani (TI Caieiras Velhas), Caroline Buosi Molina (Secretaria de Governo SNAS/DPDS), Cecília Reigada Piva (FUNAI/Fundação Nacional do índio), Douglas da Silva Lemos (Presidente AITG - Associação Indígena Tupiniquim e Guarani), Edna das Neves e Silva (SETADES/ES), Eduardo Romano Bustamante (Fundação Renova Vice-Líder de Programa), Eva Adriana Costa Gazoni (Fundação Renova – Governança), Gabriel Vinícius Moura (Fundação Renova Advogado), Jorge Luiz de Paula (FUNAI Fundação Nacional do Índio), Luiz Henrique Rodrigues (SECULTES/ES), Mariely Helena Barbosa Daniel (SESAI/MS), Monica Silva de Jesus Pazinato (CRQ Degredo-Comissão Local), Renaldo Krenak (TI Krenak), Suzane M. F. Carvalho (Secretaria de Governo - SNAS/DPDS), Thiago Henrique Fiorott (FUNAI/Ouvidoria-SEDE), Tiago Cantalice da Silva Trindade (FCP / Fundação Cultural Palmares), Valeria do Socorro Novaes De Carvalho (FUNAI/SEDE), Lucas Cravo de Oliveira (Defensoria Pública), Maria (Ernest&Young), Ricardo (Fundação Renova – Gerente Povos e Comunidades Tradicionais), Hugo Ricardo Diogo (Representante do MPF), Rita (Fundação Renova- Direitos Humanos). Confirmar os nomes conforme a lista de presença.

#### PAUTA

##### Apresentações de Responsabilidade da Fundação Renova

##### I) Pauta Quilombola

I – Ações desenvolvidas para o estabelecimento de solução definitiva para o abastecimento de água potável para Degredo.

II - Atendimento emergencial com água para consumo suficiente para as famílias cujos poços estão contaminados com arsênio e outros metais pesados, com vistas à proteção e promoção da saúde.

III – Indenização – apresentar proposta de calendário de atividades para estabelecer a matriz de danos de forma independente do PBAQ

IV – Plano de Cheias para o território de Degredo e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar (cronograma).

11h00 – 12h30

##### II) Pauta Faiscadores

I – Plano de Cheias para as comunidades de faiscadores e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar (cronograma).

II – Medidas Compensatórias para o grupo de garimpo e pesca artesanal – proposta e cronograma de atividades

##### III) Pauta Indígena

I – Deliberação 201 – Fornecimento de água para os Tupiniquim e Guarani

II - Situação do Abastecimento de Água para as TI's Caieiras Velhas II, Tupiniquim e Comboios.

III – Fluxo para inclusão de novas famílias para os Tupiniquim e Guarani.

IV - Plano de Cheias para as terras Tupiniquim e Guarani – atividades realizadas e a realizar (cronograma)

V - Cronograma das ações do abastecimento da água na TI Krenak e das galerias nas travessias do córrego do Cacau.

VI – Informe preliminar sobre o ECI – análises em andamento na FUNAI e na SESA e desdobramentos.

VII – Atualização do cronograma de ações da Polifônicas no território - constante do ECI e aprovado na reunião de apresentação em dezembro/2018.

VIII – Agenda de Trabalho da Polifônicas no território para realização de coletas, de acordo com concessão de licença pelo IBAMA.

##### V) Pauta Geral

**7h00 às 17h30 - Encaminhamentos finais**



**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF**

56  
57 Dia vinte de fevereiro de 2019, na sala 101 do Anexo II do Palácio do Planalto, Bairro Zona Cívico Administrativa,  
58 em Brasília/DF aconteceu a reunião da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais CT-IPCT/CIF.  
59 A reunião foi iniciada pela coordenadora Caroline Molina da Secretaria de Governo da Presidência da República, que  
60 deu as boas-vindas e realizou a rodada de apresentações. A Câmara Técnica é coordenada pela Secretaria de Governo  
61 e compartilha a coordenação com o Thiago Cantalice, Fundação Palmares e Valéria Novaes da FUNAI, a participação  
62 de membros representantes de órgãos governamentais ainda em processo de transição, representantes das  
63 Comunidades: Quilombola de Degredo, Indígenas, Krenak, Tupiniquim Guarani e de Faiscadores/Pescadores. Foi  
64 feita a apresentação do novo gerente do setor de Povos e Comunidades Tradicionais criado pela Fundação Renova  
65 reportando diretamente à diretoria de Programas Socioambientais e econômicos, Sr. Ricardo, convidado recentemente  
66 para essa função. Este reitera que, mesmo com as mudanças ocorridas, a figura do líder de programa permanece e  
67 reforça o compromisso de manter o diálogo dentro de um contexto sabido complexo e dar encaminhamento das  
68 questões importantes mencionadas neste fórum. Pauta Quilombola: I – Ações desenvolvidas para o estabelecimento  
69 de solução definitiva para o abastecimento de água potável para Degredo. II - Atendimento emergencial com água  
70 para consumo suficiente para as famílias cujos poços estão contaminados com arsênio e outros metais pesados, com  
71 vistas à proteção e promoção da saúde. III – Indenização – apresentar proposta de calendário de atividades para  
72 estabelecer a matriz de danos de forma independente do PBAQ. A coordenadora retoma a fala para o primeiro item de  
73 pauta, onde haverá, dia 22 de fevereiro, próxima sexta-feira, a 4º Reunião Ampliada Intercâmaras sobre Medidas  
74 Estruturantes para o Abastecimento de Água para a Comunidade de Degredo no Espírito Santo. A expectativa dessa  
75 agenda é que a Fundação Renova apresente proposta de sistema de abastecimento, como ação estruturante,  
76 considerando todas as ressalvas feitas em reunião anterior pelas Câmaras Técnicas, Prefeitura de Linhares e Comissão  
77 Quilombola. Paralelo a isso, sobre a água emergencial, que tem sido entregue na proporção de 5L/pessoa/DIA,  
78 reiterou-se o pleito de que ela seja ampliada para 15L/pessoa/dia, atendendo Relatório da CT Saúde de 2018,  
79 especialmente para os 34 poços altamente contaminados (contendo metais pesados, dentre eles, Arsênio). Na reunião  
80 extraordinária da CT-IPCT, realizada dia 30 de janeiro, a Fundação Renova apresentou o laudo de 138 poços onde  
81 ainda faltam 40 a serem avaliados e 34 poços que deveriam ser interditados devido à contaminação por arsênio. A  
82 água não poderá ser usada para nenhuma situação muito menos para ser consumida. A Renova foi questionada para  
83 dar o retorno de quando a água será entregue até que a situação se resolva por completo. No entanto, ela não se  
84 posicionou com uma resposta efetiva. No mesmo instante foi recebido um ofício, enviado na noite anterior, no qual a  
85 diretoria da Fundação informa que não será ampliada a entrega da água para 15L/pessoa/dia. A coordenação da CT  
86 questiona sobre o posicionamento recorrente da Fundação de não atender qualquer deliberação feita pela CT ou pelo  
87 CIF e de manifestar-se no momento em que a reunião preparatória ocorria, tornando impossível o debate com os  
88 membros da CT. Na reunião intercâmaras realizada em janeiro foram renovadas as cobranças, os prazos foram  
89 revistos com ata oficializada agora já vencidos. A própria CT Saúde e CT Segurança Hídrica já informaram a  
90 necessidade da imediata interdição dos postos, aumento no abastecimento para 15 litros por pessoa e de ações  
91 voltadas para a utilização sustentável da água. É grave a situação, posiciona a coordenação da CT. O novo gerente da  
92 FR informa que não pode responder e dar prazos sem a prévia consulta com seu diretor e que entende que a ação de  
93 educação ambiental precisará mesmo ser feita, mas com o apoio de uma equipe especializada para isso e que deverá  
94 ainda ser contratada. Acordou-se que enviará os prazos a implementação das ações na próxima semana. A  
95 representante da comunidade Quilombola em Degredo pontuou que as questões do uso sustentável da água e do  
96 abastecimento bem como a contaminação dos poços têm que ser discutidas com urgência pela Fundação Renova  
97 dentro da comunidade com a intensificação do diálogo direto com as famílias. A água sempre foi utilizada para  
98 atender todas as necessidades e hoje não se pode nem usar para lavar roupa. Enquanto Câmara Técnica tem-se que  
99 trabalhar com a realidade, estudos factíveis, soluções técnicas para resolver os problemas alinhadas com os grupos  
100 interessados e sensibilidade para lidar com pessoas. É obrigação da Fundação já que suas mantenedoras provocaram o  
101 desastre. Propõe dar efetividade para continuar o processo de reparação dando as providências necessárias e  
102 celeridades das ações propostas. O representante jurídico da Renova ressalva que ela é uma fundação privada, que a  
103 entrega dos 5 litros de água foi uma decisão institucional e tem como objeto a relação de responsabilidade onde essa  
104 questão entende-se por uma liberalidade quanto aos direitos humanos. Lembra a todos que não há nexo causal o  
105 rompimento da barragem e a qualidade da água. A representante da FUNAI interpõe ressaltando que o princípio da  
106 precaução tem que estar presente o tempo todo, atribui a CT o auxílio e a responsabilidade de obter dados e a Renova  
107 tem autonomia para junto aos órgãos federais para legitimar o processo, mas que, precisa-se avançar com urgência  
108 para que o dano não se estenda. Representante do Ministério Público e consultor da Ramboll pontua sobre o  
109 entendimento do nexo causal. Primeiro que a relação de nexo causal é linear e não existe na literatura atual nem  
110 precedentes técnicos, e as relações de causa e efeito possíveis que estão se processando no território pela lama até o  
111 momento e o descumprimento da Cláusula nº20 do TTAC. Ressalva que não se pode ainda ter todas as afirmativas  
112 corretas porque o que paira é a incerteza; segundo que o que se tem certo são territórios atingidos e precisa prevalecer

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF**

113 o princípio da precaução citado anteriormente e existe uma fragilidade de uma decisão judicial que se pautou em um  
114 argumento técnico frágil, nenhum dos grupos envolvidos, governo, Renova e CTs tem a certeza dos reais danos  
115 causados e sua extensão. E pergunta com que base estão sendo feitas as exclusões de áreas e comunidades e na  
116 insistência sobre a questão do nexa casual porque ela não se processa não tem respaldo no fórum internacional e, do  
117 ponto de vista metodológico, não tem fundamento. A solução seria adotar boas práticas de gestão, assumir as  
118 incertezas e realizar estudos para a monitoramento a médio e longo prazo. O representante da Fundação Cultural  
119 Palmares ressalva que não é uma liberalidade, houve uma deliberação aprovada no CIF de maio por uma demanda da  
120 comunidade e não foi atendida e por isso a recorrência nas solicitações consequentemente a aplicação de multa. A  
121 decisão judicial se deu sobre a multa do não cumprimento da deliberação e não sobre a água. Reafirma que o nexa  
122 causal não foi comprovado e não se justifica e, portanto, não pode ser buscado apenas pelo viés ambiental com base  
123 nos relatórios, precisa ser levada em consideração a percepção da comunidade local. Faz um apontamento importante  
124 também sobre o direito da auto definição dos atingidos garantido internacionalmente para serem reconhecidos que  
125 está acabando por criar um critério de exclusão já que nem os órgãos governamentais o fazem. A representante da  
126 SETADES acredita estar havendo uma inversão de valores já que Fundação Renova foi criada com o objetivo de  
127 acclerar o processo de ressarcimento, sem o paradigma empresarial e sem a estrutura burocrática da máquina pública,  
128 mas, que está mantendo uma postura de empresa privada, e não leva em consideração as medidas compensatórias  
129 precisa abrir o diálogo na sua finalidade adotando outra postura. E afirma que tem sim nexa causal pela insegurança  
130 de beber a água ou comer o pescado do rio. A coordenadora da Câmara Técnica questiona a Renova como será feita a  
131 comunicação com a comunidade sobre os 34 poços que estão contaminados e que a ela deverá se justificar que foi  
132 feito por mera liberalidade a entrega de 5 litros de água por pessoa na comunidade, e a não entrega dos 15 litros,  
133 conforme pleiteado. Propôs um ato coletivo para apresentar os termos tratados da questão da água e o ofício enviado,  
134 em conjunto com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, CT Saúde, e quem mais merece receber  
135 a resposta. A CT-IPCT afirma que esta questão está na condição de compensação e precisa-se resolver os problemas  
136 enquanto estudo e análises estão sendo feitas. Relatou a oscilação da Fundação sobre decisões acordadas questionando  
137 a condução que é feita pela CT. A representante Quilombola solicitou a presença na reunião das pessoas responsáveis  
138 pelas decisões assinadas nos ofícios para explicar o que está sendo feito diretamente com os atingidos. Principalmente  
139 quando são líderes dentro da Fundação que chegaram recentemente. Sugeriu que para o programa 4 o diálogo tem que  
140 acontecer casa a casa e as novas informações não podem ser levadas apenas pelos representantes, a comunicação é de  
141 responsabilidade da Renova. O líder dos programas da Renova presente respondeu a importância da fala da CT sobre  
142 as respostas, principalmente a temas polêmicos têm que ser adiantadas, e não chegarem no dia da reunião. E assume a  
143 responsabilidade por atrasos nas ações principalmente com a dificuldade de integração entre os programas e  
144 informações geradas pelos estudos e da articulação institucional interna da Renova. Degredo é uma das comunidades  
145 mais assistidas do ponto de vista do saneamento básico, e a discussão sobre o nexa causal é sempre desgastante e  
146 acaba por gerar mais insegurança na comunidade. Expectativa de ampliar a discussão técnica em Linhares com a  
147 equipe de segurança hídrica e relações institucionais da Renova no território faltando apenas o alinhamento com a  
148 prefeitura para identificar a contribuição de cada parte nesse processo já que o município é o responsável legal pelo  
149 saneamento básico. Há uma dificuldade da Renova em assumir compromissos sequenciais sem uma articulação  
150 conjunta com o Ministério Público como determina a legislação. **Encaminhamento-E18.1: Sobre a negativa de**  
151 **entrega dos 15 litros de água para atender a população cujos 34 poços estão contaminados, manteve-se a**  
152 **proposta de realização de um ato com a comunidade justificando o porquê desta negativa e a seguir uma**  
153 **atuação individualizada, família por família. Prazo: mês de março de 2019 (sem data definida ainda).** O gerente  
154 de projetos relatou que foi uma definição da diretoria sob diversos aspectos e argumentos e lembrou que para realizar  
155 a informação da decisão desta maneira colocada poderia gerar uma instabilidade maior na comunidade. Sugeriu uma  
156 intervenção que junte a lógica de educação e diálogo e tentar esperar uma conversa mais interinstitucional,  
157 postergando o prazo. O representante da Fundação Palmares pontuou que a interdição dos poços contaminados irá  
158 ocorrer de qualquer forma. E a representante dos atingidos de Degredo alertou que a questão agora é de saúde pública  
159 e o governo não tem como arcar sozinho. As consequências na qualidade de vida e saúde da população serão sentidas  
160 anos depois e a Renova não estará presente mais para dar as tratativas devidas. A falta de cuidado ao levar as  
161 informações relevantes à população tem gerado insegurança e descrédito. A Fundação errou em enviar um Ofício sem  
162 comunicação devida para o território, já que são pessoas simples de pouca instrução e principalmente ao mencionar os  
163 poços contaminados não foram identificados quais eram, de quais famílias, gerando pânico na população. O gerente  
164 da Renova fez a proposta para que a Renova já chegue com a notícia e propostas de soluções. A coordenadora da  
165 CT relatou que faltou informação básica sobre a contaminação dos poços que foi realizada pelo poder público e as  
166 comissões locais. Completou que a Renova errou ao trazer o ofício sem uma comunicação prévia e a proposta para se  
167 ter esse momento coletivo para sanar dúvidas, mais uma vez solicitada a postergação. O gerente de programas da  
168 Renova reitera a sua fala onde precisa sim chegar com a notícia, mas também com uma resposta, e a necessidade de se  
169 fazer uma conversa interinstitucional antes de ir a campo. O representante da FUNAI, pontuou que a informação, a

170 essa altura já chegou na comunidade, e ficou preocupado porque desde o começo a Fundação Renova se apresentou  
171 com uma perspectiva diferente de uma empresa e de construção de relacionamento de longo prazo. Chegou-se até este  
172 momento patinando em uma série de ações reforçando a postura com os Krenak que prefere lidar diretamente com a  
173 Vale do que com a Renova gerando perplexidade com a maneira como os assuntos estão sendo tratados e na  
174 capacidade de gestão e mediação de conflitos. Consequentemente o desgaste quando se opta pela judicialização. A  
175 Renova exerceu seu posicionamento através do Ofício, ouviu as ponderações e argumentos que foram registradas e  
176 necessidade da tomada de ações adjacentes. Porém, há um processo legal que envolve o município, com a  
177 responsabilidade de assumir a entrega. **Encaminhamento -E18.2: A interlocução tem que ser feita pela Renova  
178 através do Programa 04 via comunicado, ou contato direto ou institucional. Encaminhamento -E18.3:  
179 Contratação de equipe para fazer o treinamento da educação ambiental postergado. Verificado a possibilidade  
180 de ser enviada uma notificação.** A coordenadora informou a manutenção da agenda em Linhares e paralelamente  
181 reforçou o compromisso da CT e Renova para dar celeridade nas ações estruturantes na perspectiva de compensação.  
182 **Encaminhamento-E18.4: Apresentar como será feita a comunicação do tema da negativa do ofício pela Renova.  
183 Prazo: Imediatamente.** A representante da SETADES questionou se o novo diretor da Renova se preocupou em  
184 consultar os líderes dos programas antes de emitir o ofício porque aparentemente não está suficiente embasado para  
185 discutir o assunto. O representante da FUNAI, pontuou que, qualquer ação de outro programa no território e que  
186 abrangem povos tradicionais tem que estar informada pela lógica da associação com as ações contempladas nos  
187 Programas 03 e 04. Demandam um olhar diferenciado sobre as questões já dispostas para que o diálogo seja  
188 estabelecido. A Renova irá avaliar durante o almoço uma solução para dar o retorno para as famílias cujos poços estão  
189 contaminados. Ainda na pauta Quilombola a coordenadora lembrou do **tema da Indenização.** A representante  
190 Quilombola contextualizou que, em reunião com a Renova e a comunidade, o tema será tratado com maior  
191 aprofundamento nas próximas CTs, já que se iniciaram as discussões com a equipe do Programa PIM para um  
192 desenho específico de como as indenizações serão feitas respeitando toda a especificidade de cada povo tradicional. A  
193 Fundação Renova também aceitou a proposta de que a mediação deverá ser feita via Ministério Público e Defensoria  
194 Pública. O representante dos faiscadores lembrou que precisa saber como a Renova dará o  
195 encaminhamento/direcionamento em relação ao desenvolvimento das matrizes de danos desses povos. A Renova  
196 relatou que iniciou uma conversa no começo de 2018 do processo de estruturação indenização, com a expectativa de  
197 não precisar esperar os planos resultantes dos estudos. Houve uma necessidade de desenhar uma matriz de danos  
198 exclusiva para esses povos para além do que o Programa de Indenização Medida, PIM oferece. Neste meio tempo o  
199 Plano Básico Ambiental, ou PBA, já estava em andamento, para a comunidade Quilombola, no qual a discussão sobre  
200 a indenização acabou por entrar no escopo do plano. Em discussão dentro da CT e com a Comissão Quilombola  
201 optou-se por retirar esse tema do PBA, para tratá-lo separadamente e estruturalmente pela Renova não haveria  
202 objeção. Relatou que seria necessário esclarecer isso. **Encaminhamento-E18.5: Construção em conjunto,  
203 Comissão Local e Renova, do calendário próprio, esclarecimento pela H&P que o tema da indenização não será  
204 tratada mais dentro do PBA e, paralelamente, mobilizar as áreas da Renova do PIM para trazer as bases da  
205 metodologia e matriz de danos já feita para apoiar a comunidade na construção da sua matriz.** Foi sugerido  
206 convidar o Sr. Wilson, procurador federal, que construiu a matriz de danos para atender a comunidade indígena depois  
207 do acidente com o avião da GOL. As atualizações do andamento das discussões serão compartilhadas por em tempo  
208 informou a Renova. A coordenação da CT sugeriu alinhar com a CTOS os pontos de atenção sobre o programa de  
209 Indenização para auxiliar a CT-IPCT no processo. **Pauta Faiscadores: I – Plano de Cheias para as comunidades de  
210 faiscadores e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar  
211 (cronograma). II – Medidas Compensatórias para o grupo de garimpo e pesca artesanal – proposta e cronograma de  
212 atividades.** O representante dos faiscadores de Santa Cruz do Escalvado iniciou a sua fala diretamente à Renova, e  
213 pontuou que a principal foco deve ser o atingido, a questão da água é de grande relevância e os prazos estão sendo  
214 postergados, que a tradicionalidade do seu povo foi diretamente afetada e prejudicada com as obras na Barragem de  
215 Candonga. O processo de reativação econômica praticamente não existiu. Como presidente da Cooperativa de  
216 Atingidos dentro do Lago de Candonga eram vinte profissionais monitorados e com contrato de 4 anos em vigor, que  
217 foi rompido e não houve nenhum tipo de ressarcimento por alegação que não seria reponsabilidade da Renova e sim  
218 da Samarco. Relatou ainda que a obra mencionada causou um dano ainda maior com o depósito de rejeitos que estava  
219 a 30 metros de profundidade do leito e trazer para a borda da barragem, construção do barramento na época da  
220 piracema. Solicitou com urgência que se faça uma análise dos poços furados e sua interligação que até hoje não foram  
221 feitos, e a falta de respeito com as assessorias técnicas. “Não podemos medir para falar da Renova, destruiu nossos  
222 sonhos e paralisou a nossa vida, furando os poços e que não estão nem funcionando”. Colocou também a sua  
223 percepção que a Renova não respeita as Câmaras Técnicas. A assessora Técnica participou de uma reunião para fazer  
224 uma denuncia com relação a tratativa de um antropólogo no território contratado pela Fundação para dar uma resposta  
225 sobre a lista de atingidos, colocou em suspensão a tradicionalidade e identidade do grupo. Essa pessoa não será mais  
226 aceita na comunidade devido a maus tratos infligidos a duas antropólogas da comissão de atingidos e Assessoria

227 Técnica. **Encaminhamento-E18.6:** Solicitou a verificação dos encaminhamentos da última reunião: a Renova  
228 ficou de ir ao território para esclarecer sobre os programas e discutir sobre as medidas de compensação  
229 coletivas com as assessorias técnicas e assim que essas pudessem passar para os atingidos. 2. A Renova ficou de  
230 encaminhar os laudos sobre a qualidade da água de maneira didática e explicativa para assessoria para ser  
231 repassado aos fiscoadores. Por fim convidou a equipe da Renova a ir ao território para construir em conjunto  
232 as medidas de compensação coletiva para os pescadores e fiscoadores. Questionou porque foi contratada uma  
233 empresa fora do território para fazer os serviços nas propriedades que poderiam ser realizados pela Cooperativa de  
234 Atingidos. Ficou explicitada a falta de interesse em investir na mão de obra local. A luta é também para que se tire o  
235 rejeito do Rio Doce. Não justifica uma empresa criada para reparar o dano é a favor das mineradoras e não do  
236 atingido. A coordenadora da CT informou à Renova que os fiscoadores (Santa Cruz e Rio Doce) elaboraram uma lista  
237 sobre o Auxílio Financeiro Emergencial. Parte já foi incluída no AFE e foi apresentada uma nova lista no final do ano  
238 passado e a CT recebeu uma negativa. A coordenação explicou que a câmara não incide sobre todos os temas, preza-  
239 se pela autonomia e interlocução no território direto com a Renova. Quando algo não dá certo relacionado aos  
240 programas 03 e 04 a CT intervém. Pela convenção 169 que trata do auto reconhecimento desses povos tradicionais e  
241 por conta disso não seria preciso submeter este autoreconhecimento a estudos ou pesquisas acadêmicas ou técnicos. A  
242 Comissão local ou cacicado é a instância maior para a deliberação deste reconhecimento. Todas as vezes que precisa-  
243 se incluir novos nomes a demanda não flui, vai-se recepcionar essa situação no tema dos fiscoadores e reiterar que  
244 seja respeitado esse auto reconhecimento. A título de comparação, tem-se o CadÚnico que traz o Cadastro do Bolsa  
245 Família e outras políticas sociais que já legitimam a pessoa somente com a auto declaração. Questiona porque tem-se  
246 que voltar a trás para conseguir operacionalizar todo o processo. Pontua que a CT precisa reiterar os prazos assumidos  
247 com a população, retomada da atividade produtiva, o respeito com a comunidade, no estudo de componentes para o  
248 fiscoador/pescador precisa-se analisar os impactos e a atribuição de cada um. Relatou que foi significativo o tema da  
249 câmara ter virado uma gerência e a expectativa é que tenha equipe da Renova para impulsionar todos os processos.  
250 **Encaminhamento-E18.7:** Estudo de componentes fiscoadores/pescadores para análise dos impactos. A Renova  
251 informa que se houver um termo de referência de um órgão público responsável pode-se seguir com o processo.  
252 Sugestão de ser a SEPPIR. A Renova programou uma reunião integrada do território em novembro tentando articular,  
253 mas não conseguiu evoluir devido aos temas que são divididos: indígena e tema quilombola e o tema fiscoadores que  
254 eram tratados separadamente. É sério a questão do distrato e do desrespeito e, mesmo com todas as divergências e  
255 posicionamentos diferentes não se justifica o desrespeito e será encaminhada a questão internamente. Com a nova  
256 gerência a expectativa é de ter maior alcance e apoio para a articulação também com outros programas com o de  
257 manejo de rejeitos e saúde para conduções internas de discussões e alinhamento antes de ir a campo. Dar as devidas  
258 prioridades com relação à segurança ambiental com relação ao tema da água e saneamento, ficou a tarefa da Renova  
259 que no próximo mês esta conversa esse diálogo será feito no território. A Renova deverá fazer um resgate da  
260 discussão feita no final do ano com os fiscoadores e a assessoria técnica Rosa Fortini, relativo às listas de auxílio  
261 emergencial e aos exames de qualidade da água, pois houve o entendimento de que foi colocada em suspeição a  
262 identificação do coletivo, por meio de um antropólogo contratado que nem foi a campo e sobre o qual ficou  
263 formalizada uma queixa de distrato. **Encaminhamento E18.8:** A Renova deve executar as análises da qualidade  
264 da água e do que foi estruturado para os fiscoadores nos três últimos anos, inclusive a questão das listas de  
265 auxílio emergencial, para apresentação e entrega na próxima reunião da CT-IPCT. **Encaminhamento-E18.9:**  
266 Apresentação do Programa 12 às comissões e notificar a comunidade, comissões de atingidos e assessorias  
267 técnicas sempre que houver alguma ação que será feita no território. O gerente da Renova explica que com a  
268 gerência a expectativa é de ter uma resposta mais rápida, que irá encaminhar as demandas da melhor forma possível  
269 aproveitando o momento aproveitando que o status de liderança para a ser de gerência o que permitirá uma melhor  
270 interlocução interna. O representante dos fiscoadores sugeriu que a Renova revise as ações dentro do território, e a  
271 quase 1 ano não há retorno sobre as ações prometidas e a responsabilidade foi passada para a Samarco, e a forma  
272 como o gerente de território se compromete com a comunidade para não criar expectativas. Informa que são pessoas  
273 em situação de vulnerabilidade. Sugeriu procurar o MP para levar essas solicitações já que a Renova não deu as  
274 devolutivas e solicitou maior comprometimento com o que é dito. Plano de Contingência para Cheias apresentado  
275 pela Fundação Renova, Ofício recebido um dia antes da reunião o que foi apontado que deveria ter chegado com 5  
276 dias de antecedência. A Renova preparou um ofício que foi encaminhado à CT-IPCT, do dia 19 de fevereiro, com as  
277 seguintes questões: Fiscoadores, que têm um plano de contingência para cheias específico integrado com a Samarco  
278 que já está em andamento, para os municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, está na fase final para  
279 Comboios da contratação da instalação das réguas nos 4 pontos e aquisição de equipamentos e matérias de suporte  
280 para necessidades emergenciais que serão entregues à Defesa Civil em março. Degredo: a Renova demonstrou que os  
281 resultados prévios do PMQQS já sinalizaram a possível não contaminação pelos rejeitos do rompimento da barragem  
282 para o Rio Ipiranga e que não será desenvolvido o plano de cheias para o município pois entende-se que não existe  
283 uma justificativa técnica. A representante de Degredo informou que o Plano de Contingência foi solicitado pelo

284 Prefeito de Linhares devido ao alagamento em épocas de cheias, e a Renova responde que a problemática é com  
285 relação à contaminação e não das cheias que já são características da região. Onde está a justificativa técnica que não  
286 há contaminação na água do rio, nas veredas, no Ofício se fala do Rio Ipiranga e não do Rio Doce, e a representante  
287 de Degredo pontuou que nas cheias a água do Rio Doce chega até o Ipiranga. A Renova respondeu ao representante  
288 dos falcadores que o plano de contingência para algumas regiões como Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e  
289 Governador Valadares, com exceção de Barra Longa, não houve alteração no desenho da calha do rio Doce que seria  
290 a justificativa técnica e direta para realização do plano. A Samarco junto com a Defesa Civil já haviam construído um  
291 plano de cheias para a região e a responsabilidade pelas atividades também é dela e não da Renova já que não houve  
292 um agravamento de cheias por causa do rompimento da barragem. O representante dos falcadores informou que com  
293 as obras do barramento em Candonga (Usina Hidrelétrica Risoleta Neves) aconteceu sim um alagamento e  
294 assoreamento em algumas propriedades e, na época das cheias, três vertedores abertos a velocidade da água aumento  
295 o processo de erosão do solo. E alertou que tem-se um rio assoreado e se o volume de cheia vier como esperado irá  
296 ultrapassar a calha. **Encaminhamento-E18.10: marcar uma reunião com os falcadores da região, a Samarco e a**  
297 **Renova para discutir sobre a responsabilidade do Plano de Contingencia de Cheias. Prazo: apresentar uma**  
298 **data no dia 14/03.** A representante da SETADES pontuou que este tema está sendo discutido há pelo menos 4 meses  
299 e sempre a Renova traz as mesmas respostas. A representante de Degredo lembrou que não seria necessário esperar a  
300 cheia para dar a solução e solicitou a contratação de profissionais da região para um trabalho mais eficiente. O  
301 representante dos falcadores lembrou à representante da Renova na área de Direitos Humanos que a Fundação não  
302 está preparada para reconstruir o respeito que responde que percebeu a vulnerabilidade da comunidade tradicional e  
303 irá encaminhar esse tema da ofensiva e desrespeito aos direitos humanos pelo especialista contratado pela Renova  
304 atuando na região para a área de competência e recuperar o trabalho com a comunidade. Destacou também a  
305 importância de se conseguir trabalhar de forma mais harmônica e com o tratamento com dignidade nesses locais e se  
306 propoz para ir na comunidades para ajudar a diminuir a tensão instalada. O cacique de Comboios informou que a  
307 comunidade poderá contribuir para plano de cheias e solicitou que a Fundação vá ao território para ver o que está  
308 sendo proposto, e montar equipe em campo para que sejam cumpridas as ações, alinhar com os estudos se ter um  
309 processo mais assertivo de campo. **Encaminhamento-E18.11: A Renova deverá tornar de conhecimento da**  
310 **comunidade os planos de contingência de cheia. Agendar uma reunião em Degredo nos mesmos moldes de uma**  
311 **reunião ampliada que foi feita em Comboios. Prazo data para enviar a data: até dia 22/02.** A coordenação da CT  
312 informou a necessidade de se fazer o plano para lá já foi avaliado no CIF e isso precisa ser alinhado pela equipe da  
313 FR. **Pauta Indígena. Deliberação nº201.** A Renova informou que irá prosseguir com as tratativas para as ações. O  
314 processo de estruturação do abastecimento em Aracruz seria o mesmo processo em Degredo, mapeamento e análise  
315 dos poços, proposta da CT de dar as soluções individuais e na última reunião ponderou-se a necessidade encaminhar  
316 para soluções coletivas. O ponto das análises dos poços foi suspenso durante o período de negociação dos acordos, e  
317 está-se aguardando a orientação sobre a solução técnica por parte da SESAI. O referido órgão público informou que  
318 todas as discussões sempre acontecem dentro do fórum da CT. A coordenação da CT informou que a SESAI já tem  
319 uma proposta de uma alternativa e que já foi validada pela comunidade de Comboios e precisa-se fazer o mesmo com  
320 a Aldeia de Caieiras Velhas nos moldes do que está sendo realizado em Degredo. E acrescentou que é indispensável a  
321 participação da CT Saúde e CT- SHQA, o cacicado, lideranças ; antes do dia 15 de março a SESAI tem que ter ida a  
322 campo. E levar informação apresentação da análise das águas pela sesai e pela Renova para levar para essa reunião.  
323 **Encaminhamento-E18.12: a SESAI ficou de marcar uma agenda de reunião com as aldeias faltantes para levar**  
324 **a proposta para as ações estruturantes para o abastecimento de água em Aracruz. Organizar reunião sobre**  
325 **sistema de abastecimento para TI Tupiniquim Guarani, juntamente com CT Saúde e CT- SHQA, o cacicado,**  
326 **lideranças e Fundação Renova. Dia: 15/03.** O cacique de Caieiras Velhas informou à Renova que conversou com as  
327 lideranças e poderá retomar as coletas. Fluxo para inclusão de novas famílias para os Tupiniquim e Guarani. A  
328 Fundação Renova assinou o acordo emergencial incluindo ate 210 famílias, por solicitação dos caciques e valerá a  
329 partir do 1º repasse do acordo original. As associações presentes no território ficaram de enviar a lista destas famílias  
330 e documentos como requisitos mínimos para acesso a esse repasse financeiro. Tem-se ainda pendentes 7 famílias que  
331 precisam ser incluídas e não haveria a necessidade de criar um processo em separado já que pode ser desgastante.  
332 Quando toda a documentação estiver sido entregue a Renova teria 20 dias para executar o pagamento retroativo a  
333 janeiro. A Renova ressaltou que os Krenak haviam estabelecido em 2016 a proibição da Fundação de realizar  
334 qualquer atividade ou ação no território de forma autônoma sem a presença da Vale porque a interlocução seria  
335 diretamente com a Vale. Pode-se operacionalizar como executor de um processo já constituído, mas como não há  
336 nenhum tipo de relacionamento estabelecido. Precisa-se de um termo, formalizado entre a Câmara Técnica, a Vale e  
337 FUNAI. Pode ser encaminhado pela última para que a Renova possa entrar no território. **Encaminhamento-E18.13:**  
338 **A FUNAI enviará a Fundação Renova um termo de formalizado entre ela , a Vale para dar acesso à Renova**  
339 **fazer a interlocução diretamente com a tribo Krenak.** Com relação à Comboios a Renova explicou que tentou  
340 buscar todas as informações e documentos necessários junto à associação local que realizou o processo de atualização

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF**

341 das 36 famílias e que tem a responsabilidade administrativa do acordo. Isso ainda não ocorreu e, portanto, só seguiria  
342 com o repasse das mesmas famílias e inclusão de novas já solicitadas quando a lista estiver pronta e documentação  
343 faltante entregue. Cronograma das ações do abastecimento da água na TI Krenak e das galerias nas travessias do  
344 córrego do Cacaú. O representante Krenak perguntou sobre o cronograma de atividades, da devolutiva do que foi feito  
345 nos poços só há 1 utilizado para abastecimento, se haveria possibilidade de tratamento da água e a questão das  
346 travessias que mesmo como cronograma pronto não se iniciaram as ações ainda.  
347 **Encaminhamento-E18.13: Encaminhamento pela Renova do cronograma detalhado de forma mais estruturada**  
348 **até o dia 22 de março. Reunião com esclarecimento para as lideranças do cronograma e não ser apenas o envio**  
349 **do documento. Compartilhar o status dos pontos críticos, e atualizar a questão das obras com cronograma.** A  
350 representante da SESAÍ relatou o maior problema é o da vazão dos poços perfurados. Cogitou-se pela retirada da água  
351 do manancial do Córrego da Onça, avaliar a vazão, a autorização para entrada dentro de propriedades privadas para  
352 fazer uma adutora que cruzaria o rio Doce. E que não poderia condicionar a escolha do manancial pelo tipo de  
353 tratamento mesmo que precise de um mais avançado, seria a solução adotada. O fornecimento de água não poderá  
354 estar condicionado à simplicidade da solução. Informe preliminar sobre o ECI – análises em andamento na FUNAI e  
355 na SESAÍ e desdobramentos. A representante da FUNAI relatou a confirmação das coletas com a pactuação em março  
356 da agenda. Solicitou o apoio da Renova na viabilização das agendas de coletas, presença no território e participação  
357 dos representantes indígenas. A Polifônicas retornou com uma apresentação em dezembro de 2018, houve uma prévia  
358 com as comunidades sobre a matriz de impactos e não o estudo como um todo. Dia 19 de fevereiro houve a reunião  
359 sobre a agenda de coletas com Tupiniquim Guarani, e dia 20 será discutido o plano de trabalho. Dia 22 de fevereiro  
360 estará em Comboios para discutir a questão das coletas, se tudo caminhar conforme previsto e aprovação das análises  
361 complementares, na semana do dia 25 de março já terá condições de começar a parte das coletas. Outro item colocado  
362 pela Renova foi sobre a discussão das ações estruturantes que motivou a apresentação da Polifônicas, que fará o  
363 diálogo com as comunidades dentro da linha de programas da Renova. Pontuou também que a ideia da apresentação  
364 parcial do estudo foi para mobilizar a população para que melhore a comunicação e o diálogo e a necessidade de  
365 alinhar a expectativas diferentes para não chegar ao final do cronograma com divergências.

Caroline Bussi Molina

